

**A. I. Nº** - 232902.0033/02-6  
**AUTUADO** - ATEND-SERV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.  
**AUTUANTE** - SANDOVAL DE SOUZA VASCONCELOS DO AMARAL  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/METRO  
**INTERNET** - 01.04.03

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0083-04/03**

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO DE MERCADORIA EFETUADA POR ESTABELECIMENTO COM A INSCRIÇÃO CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O contribuinte com inscrição cadastral cancelada está equiparado a não inscrito, devendo, quando adquirir mercadorias para comercialização, recolher o imposto incidente sobre as operações subseqüentes, por antecipação tributária. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/08/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS, no valor de R\$1.341,29, referente a mercadorias destinadas a estabelecimento de contribuinte com a inscrição cancelada.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 13), alegando que não efetuou nenhum pedido de compra. Diz que a remetente das mercadorias, a GVR Revestimentos Ltda., localizada em Feira de Santana, deveria ter faturado seus produtos para a empresa Rita de Cássia Barreto Nunes de Salvador, Inscrição Estadual nº 38.177.185.

Na informação fiscal, o autuante explica que as mercadorias consignadas na Nota Fiscal nº 1425 (fl. 7), emitida pela GVR Revestimentos Ltda., localizada em Feira de Santana, transitaram pelo Posto Fiscal Honorato Viana destinadas à comercialização pela Atend-Serv Comércio e Serviços Ltda., sendo que a destinatária estava com a sua inscrição cadastral cancelada (fl. 8). Após transcrever os artigos 149, 150, inciso III, 191, 173 e 911, § 5º, assevera que o Auto de Infração foi lavrado corretamente e contra a pessoa certa e, ao final, solicita a procedência da autuação.

**VOTO**

No momento da ação fiscal que originou o Auto de Infração em lide, o autuado estava com a sua inscrição cadastral cancelada, conforme comprova o documento de fl. 8, sendo que esse fato foi reconhecido pelo próprio contribuinte no documento de fl. 10.

Não acato a alegação de que o autuado não fez nenhum pedido de compra, pois o documento de fl. 10 afirma que a Atend-Serv Comércio e Serviços Ltda. aguardava a regularização de sua situação cadastral “para que esta compra seja novamente concretizada.” Além disso, ao solicitar a devolução das mercadorias apreendidas e ao autorizar o transportador a assinar o Termo de Apreensão, o autuado demonstrou de forma inequívoca que tinha interesse na operação comercial e que concorreu para o cometimento da irregularidade apurada.

Foi correto o procedimento adotado pelo autuante, haja vista que o autuado estava com a inscrição cadastral cancelada e, desse modo, ao efetuar aquisições de mercadoria destinada a revenda, estava obrigado a efetuar o pagamento do imposto referente às operações subsequentes por antecipação tributária, o que não foi feito. Ademais, ao efetuar a aquisição de mercadorias destinadas a revenda, ciente de que estava com a sua inscrição cancelada, o autuado concorreu para o cometimento da irregularidade e, em consequência, de acordo com o disposto no art. 913 do RICMS-BA/97, ele responde pela infração.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232902.0033/02-6**, lavrado contra **ATEND-SERV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.341,29**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de março de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR